

RADAR

favela

COVID-19



Foto: Mãe Fábio Araújo

SUMÁRIO

3 APRESENTAÇÃO

4 MEGAFONE

8 O QUE TÁ PEGANDO NAS FAVELAS?

9 SEGUIMOS PERGUNTANDO: CADÊ O NOSSO ÔNIBUS?
OU, O QUE TEMOS A DIZER SOBRE O TRANSPORTE PÚBLICO
E A PANDEMIA DO COVID-19 **Coletivo Piracema-Santa Cruz/Z.O**

13 O TRANSPORTE É UMA DAS PIORES COISAS PRA GENTE
Anazir Maria de Oliveira, Zica

16 UMA LOTERIA MACABRA. O VÍRUS ESTÁ LIQUIDANDO VIDAS
DE PESSOAS APARENTEMENTE SAUDÁVEIS, FELIZES
E PRODUTIVAS **Rodrigo Mendonça**

17 ZONA OESTE PERDE HOSPITAL REFERÊNCIA
NO TRATAMENTO DE IDOSOS **Renata Dutra**

20 DEBATES

21 EMENDA CONSTITUCIONAL 95, PEC EMERGENCIAL, MEDIDAS
DE AUSTERIDADE E PANDEMIA: A FÓRMULA DO FRACASSO
SOCIAL **João Luis Pereira**

23 ARMAR A GUARDA MUNICIPAL É UM ATENTADO CONTRA A
VIDA **Thiago Nascimento**

25 EXCLUDENTE DE ILICITUDE E LEGALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO
DA MORTE **Giselle Florentino e Fransérgio Goulart**

30 MOVIMENTOS SOCIAIS

31 UMA AÇÃO COLETIVA PELA VIDA NAS FAVELAS E PERIFERIAS
NO RIO DE JANEIRO **Eliana Sousa Silva, Alan Brum Pinheiro
e Itamar Silva**

34 EXPEDIENTE

APRESENTAÇÃO



Radar COVID-19 Favelas é um informativo produzido no âmbito da Sala de Situação Covid-19 nas Favelas do Rio de Janeiro, vinculada ao Observatório COVID-19 da Fiocruz. Estruturado com base no monitoramento ativo (vigilância de rumores) de fontes não oficiais – mídias, redes sociais e contato direto com moradores, coletivos, movimentos sociais, instituições e articuladores locais – busca sistematizar, analisar e disseminar informações sobre a situação de saúde nos territórios selecionados, visando promover a visibilidade das diversas situações de vulnerabilidade e antecipar as iniciativas de enfrentamento da pandemia.

Os relatos são coletados por meio da constituição de uma rede de interlocutores, valorizando a produção compartilhada de conhecimento, o acesso e a participação ativa de moradores de favelas e de seus movimentos sociais. As opiniões refletidas nos textos assinados, no entanto, não necessariamente refletem a opinião da Fiocruz.

MEMEFOS GAGANES

O conteúdo aqui publicado é composto de relatos de moradores, notas de movimentos sociais e coletivos, denúncias e reportagens sobre o contexto enfrentado por territórios de favela e periferia durante a pandemia.

SE LIGA NO CORONA! A campanha de comunicação que articula coletivos de favelas e a Fiocruz para prevenção da Covid-19 está coletando e-mails para sua mala direta. Quem quiser ficar por dentro dos novos materiais é só mandar um e-mail com o assunto “Eu quero” para seliganocorona@fiocruz.br. Participam dessa rede: Comissão de Agentes Comunitários de Saúde de Manguinhos (Comacs), Conselho Comunitário de Manguinhos, Conselho Gestor Intersetorial (CGI-Teias Manguinhos), Coletivo Favelas Contra o Coronavírus, Frente de Mobilização da Maré, Jornal Fala Manguinhos! Jornal O Cidadão, Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm), Rede Emancipa, Redes da Maré, Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do RJ (Sepe), sindicato dos trabalhadores da Fiocruz (Asfoc-SN), Voz das Comunidades e Dicionário de Favelas Marielle Franco.

ACIDENTE COM ÔNIBUS DO BRT DEIXA VÁRIAS PESSOAS FERIDAS E UMA MORTA. O consórcio BRT, que é o principal sistema de transporte público entre as Zonas Oestes e a Zona Sul, é conhecido pelas superlotações e pela precarização do transporte. Mesmo durante a pandemia, com as restrições para redução do contágio pelo novo coronavírus, os trabalhadores que têm apenas essa opção de mobilidade, vêm enfrentando o abandono da empresa e a falta de fiscalização do poder público. No dia 10 de março, um ônibus sentido Santa Cruz tombou após tentar desviar de um carro que estava na pista que é exclusiva para o BRT. Não se sabe o número total de pessoas que estavam no veículo, mas a Secretaria de saúde e o consórcio divulgaram em suas redes que 35 feridos foram atendidos e encaminhados para os hospitais da Zona Oeste e que uma passageira morreu no local.



TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO FAZEM GREVE EM DEFESA DA SAÚDE E DA VIDA.

O Sepe/RJ divulgou em suas redes sociais que realizou no dia 18 de março de 2021 uma assembléia virtual com aproximadamente 280 profissionais de educação da rede estadual de educação. Os trabalhadores ratificaram por ampla maioria a continuação da greve em defesa da saúde e da

vida, contra o retorno presencial das atividades escolares mas com a manutenção das atividades remotas em home office. A assembleia da rede estadual também aprovou a participação dos profissionais da educação no Dia Nacional de Lutas, intitulado “Lockdown Nacional da Classe Trabalhadora”, convocado de forma unitária pelas Centrais sindicais, Frentes e movimentos sociais. O sindicato também divulgou que entrou com uma Ação Civil Pública contra a manutenção de trabalho presencial dos Profissionais de Educação do Município do Rio de Janeiro que se encontram em situação de alto risco para a Covid-19. A Ação Civil Pública foi protocolada no dia 20/03 e distribuída para o Juízo da 8ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital que analisará o pedido liminar formulado pelo Sepe/RJ.

FAMÍLIAS PERDEM TUDO COM INCÊNCIO EM OCUPAÇÃO NO CENTRO: Um incêndio atingiu na noite de sábado, 27 de março, uma Ocupação na rua do Livramento, 209. As famílias perderam tudo o que possuíam! A União Popular de Moradia do Rio de Janeiro pede que quem puder contribua com doações de roupas para adultos e crianças; alimentos não perecíveis, café, leite, toalhas, água e produtos de higiene. As doações podem ser entregues nos seguintes locais: Sede da UMP Jacarepaguá, Rua Japomirim, lote 18, Shangrila (Jurema); Quilombo da Gamboa, Rua da Gamboa, 345, bairro da Gamboa; Ocupação Vito Giannotti, rua Sara, 85, Santo Cristo. Quem preferir fazer a doação em dinheiro, pode fazer pelo link da vakinha: <https://www.vakinha.com.br/vaquinha/ajude-as-familias-vitimas-do-incendio-na-rua-do-livramento-209>

IMPACTOS DA PANDEMIA SE AGRAVAM E REDES DE SOLIDARIEDADE ESTÃO ENFRAQUECIDAS:

Segundo Auricélia Mercês, moradora do Catiri, a vacinação encontra-se lenta e o número de casos de pessoas infectadas pelo novo coronavírus tem aumentado e, no entanto, muitas dessas pessoas seguem circulando pela comunidade, sem fazer uso de máscara, contribuindo para a propagação do vírus. O desemprego tem crescido e a falta de renda tem deixado as pessoas sem aces-



so à alimentação. As redes de solidariedade que mobilizaram doações de álcool gel, kits higiene e alimentos, e conseguiram minimizar os impactos da pandemia em um primeiro momento, se enfraqueceram e precisam ser reforçadas.

FIOCRUZ LANÇA CHAMADA PÚBLICA PARA APOIO A AÇÕES EMERGENCIAIS DE ENFRENTAMENTO À COVID-19 NAS FAVELAS E PERIFERIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: Resultado de um esforço interinstitucional envolvendo UFRJ, UERJ, PUC-Rio, SBPC, ABRASCO, Fiocruz, sindicatos de profissionais das áreas de saúde e assistência social e organizações de favelas, objetivo do edital é auxiliar na resposta ao enfrentamento da pandemia da Covid-19 e seus efeitos nas favelas. A chamada irá financiar projetos em todo estado do Rio de Janeiro que contribua para ampliar a participação social na vigilância em saúde de base territorial nas favelas e periferias fluminenses. O edital pode ser consultado em: <https://portal.fiocruz.br/se-liga-no-corona/chamada-publica-2021>

OPERAÇÃO POLICIAL DEIXA MORTOS E FERIDOS NO MORRO DOS MACACOS: O jornal A Nova Democracia noticiou a ocorrência de uma chacina durante uma operação policial no dia 6 de março, no Morro dos Macacos. Segundo vídeos filmados por moradores, cinco pessoas teriam sido mortas e seus corpos empilhados na traseira de um camburão. Familiares das pessoas mortas rebateram as acusações da polícia de que os mortos seriam “suspeitos”. Moradores que tentavam organizar uma manifestação contra os abusos policiais afirmaram que foram ameaçados pela polícia. As operações policiais têm representado um obstáculo a mais no enfrentamento da pandemia por parte dos moradores de favelas.



O QUE TÁ PEGANDO NAS FAVELAS?



Este espaço tem por objetivo repercutir como as favelas e seus moradores, principalmente através da dimensão coletiva e organizativa dos movimentos sociais, estão enfrentando e lidando com a pandemia Covid-19, bem como vocalizando no espaço público suas demandas e reivindicações face ao papel do Estado. Através da compilação de notícias, de relatos de moradores, do acompanhamento e interlocução com os serviços da Estratégia de Saúde da Família e da rede de ensino público (municipal e estadual) e análises de especialistas e pesquisadores buscamos aqui fazer ecoar *O que tá pegando nas favelas?*

Essa iniciativa vincula-se ao Observatório Covid-19 Fiocruz e pretende somar-se às lutas das favelas, de seus moradores, movimentos sociais e organizações coletivas.

SEGUIMOS PERGUNTANDO: CADÊ O NOSSO ÔNIBUS? OU QUE TEMOS A DIZER SOBRE O TRANSPORTE PÚBLICO E A PANDEMIA DO COVID-19

Por Coletivo Piracema-Santa Cruz/Z.O

<https://www.facebook.com/coletivopiracema>

Instagram: @piracemacoletivo



Imagem: Acervo Coletivo Piracema

O ano era 2017. Com um misto de indignação, revolta e muita vontade de denunciar o absurdo da negligência com que as autoridades competentes lidavam com a mobilidade urbana e a total ausência de políticas públicas para pensar o transporte no território, iniciamos uma série de ações, em conjunto com o Movimento Passe Livre, para expor a violência sistêmica da falta transporte e o que isso ocasionava na vida dos moradores de Santa Cruz e bairros vizinhos. Começamos a nos organizar em reuniões abertas, distribuindo panfletos e lambes colados em postes e pontos de ônibus para dialogar com quem passava e tivesse interesse, somando sua indignação à nossa.

O modelo de transporte público implementado em 2012 e, é importante frisar, tendo Santa Cruz como modelo experimental (Corredor

Transoeste), era a menina dos olhos da gestão da prefeitura à época. O BRT deveria atender de maneira mais rápida e eficaz a demanda do mercado e “entregar” trabalhadores no seu local de serviço. A previsão era que, um ano depois, se inaugurasse o corredor que integraria Santa Cruz à Campo Grande. Nós, moradoras e moradores, sempre assistimos com desconfiança um projeto de transporte que dá poder absoluto as concessionárias, inclusive eliminando a concorrência e retirando uma série de linhas de ônibus, apostando em linhas alimentadoras, muito mal estruturadas, que sabidamente não dariam conta do fluxo de passageiros, além do valor da passagem, sempre muito alto para o trabalhador. Não havia fiscalização. Era nítida a diferença entre as estações localizadas na Barra e as estações do outro lado do túnel. Para a Barra, a pracinha, o projeto paisagístico e bicicletário; para nós estações que não comportavam os passageiros, que não nos davam o direito de recarregar o valor que necessitávamos no bilhete único e máquinas de recarga quebradas.

Lá nos idos de 2017, já estava muito claro para nós que aquele modelo de transporte, isolado, sem transparência alguma, denunciado inclusive em CPI na câmara de vereadores, não suportaria o peso do modelo gentrificado de cidade que foi sendo desenhado e que desmoronou junto com a ideia de se construir uma cidade para gringo ver.



Imagem: Acervo Coletivo Piracema

E a população da periferia?

O BRT nasce falido, sugado pela máfia dos transportes, e fazendo com que diversas linhas de ônibus, que inclusive tinham um papel de conectar a própria Zona Oeste, desaparecessem. Foram muitas linhas!

Importante reiterar que no início do projeto, além da manutenção das linhas que integravam a extrema Zona Oeste à Barra, deveria haver a preocupação qualitativa com o transporte, visando integrar

territórios, conectar diferentes modelos de transporte e ser um dos fatores de promoção ao direito à Cidade. Isso diz respeito à garantia de direitos da juventude, promovendo o acesso às instituições de ensino e espaços de cultura e lazer; garantia de direitos das mulheres, que comumente são vítimas de assédio no transporte público; garantia de direitos das trabalhadoras e o trabalhadores que não devem ser tratados como mão de obra para os lugares abastados da cidade, mas cidadãs e cidadãos plenos de direitos e que devem acessar espaços outros para além do laboral, e por último, mas não menos importante, garantir a dignidade das trabalhadoras e dos trabalhadores rodoviários.

Como chegamos a 2021?

Se hoje a pandemia escancara os diversos níveis de desigualdade que a população periférica, majoritariamente negra e pobre, está submetida, o transporte é um dos elementos críticos desse cenário e que, atualmente, têm tomado os noticiários. A massa de trabalhadoras e trabalhadores amontoados no BRT é uma das faces cruéis da desigualdade que se arrasta por anos nas grandes cidades, mas que, devido a excepcionalidade do contexto pandêmico, deveria ser tratada com mais seriedade dada a gravidade de situações que as passageiras e passageiros são expostos.

Se antes já denunciávamos o “sumiço” do trocador; o alto valor da passagem; a estrutura que não suporta o número de passageiros; a péssima manutenção dos modais, tanto em relação a limpeza quanto na efetivação dos ônibus com ar-condicionado (elemento esse sempre usado pelas concessionárias de transporte para aumentar a tarifa, vale ressaltar); hoje esse cenário não só se perpetua, como está agravado.



Imagem: Acervo Coletivo Piracema

A impossibilidade de se manter o distanciamento social no transporte público expõe o trabalhador ao vírus e ao descaso.

O cinismo e a perversidade parecem não ter limites e no caos da pandemia da Covid-19, sem previsão de um plano nacional de vacina que garanta #VacinaParaTod@s, sem leitos de UTI suficientes para as internações, parece que a vida dos passageiros não importa, segue a máxima de “salvar os CNPJ” em detrimento das vidas.

O BRT segue trabalhando com a metade da frota inicial, o trem gerido pela Supervia segue igualmente lotado até a Central do Brasil e os altos custos das passagens abocanham uma fatia importante do orçamento das famílias já tão sacrificadas.

É nesse panorama, entre o ontem e o agora, quando o Brasil bate o recorde de mais de 3000 mortes em 24h, que continuamos enquanto movimento social organizado denunciando a desumanidade com que são tratados aqueles que carregam a Cidade no braço.

O TRANSPORTE É UMA DAS PIORES COISAS PRA GENTE

Anazir Maria de Oliveira, Zica

Moradora da Vila Aliança, Zona Oeste do Rio de Janeiro



Imagem: Acervo Zica

Meu nome é Zica. Eu moro na Vila Aliança desde 1964. A vinda para a Vila Aliança foi meu segundo processo de remoção. Eu morava em São Cristóvão e fui removida para a Penha e da Penha para a Vila Aliança. Como todas as remoções, foi um processo muito ruim, porque a gente sai de uma comunidade onde temos a nossa vida toda construída e chegamos numa comunidade nova, com vizinhos novos, moradores novos, muda tudo; uma nova relação, um novo ambiente. Mas o que mais assustou a gente e que fez a gente cair na realidade foi que não tínhamos nenhuma assistência estrutural do poder público. Nós não tínhamos iluminação pública, escola para as crianças, não tínhamos asfalto; então era apenas a casa, porque nada nos beneficiava. Com o tempo e com a luta, fomos conseguindo serviços e equipamentos que precisávamos, como iluminação, escola, posto de saúde. Só não conseguimos melhorar o transporte.

Em Vila Aliança, demoramos 15 anos para conquistar o transporte, mas hoje não temos transporte dentro da comunidade. No início, não tínhamos uma linha de ônibus que levava para o centro da cidade. Nosso transporte vinha do Coqueiros, que é quase em Campo Grande e vinha da Vila Kenedy, mas quando chegava na Vila Aliança não tinha como a gente entrar no ônibus. Super cheio! Da Vila Aliança para o centro de Bangu é mais ou menos 15 minutos andando. Era essa a nossa trajetória. E tínhamos um sério problema quando chovia. Nós conseguimos, apenas 15 anos após a construção da Vila Aliança, uma

linha de ônibus que ia da Vila Aliança até o Largo de São Francisco. Com muita dificuldade também, porque a população é grande; mas pelo menos tínhamos uma linha de ônibus.

Aí continuamos lutando pelo transporte, porque não tínhamos transporte para o centro e para regiões mais próximas. Depois, com muita luta, lotando a Secretaria de Transporte, levando nossas reivindicações, conseguimos uma linha de ônibus de Campo Grande à Cascadura. E uma outra linha de Campo Grande à Marechal Hermes. Essas duas linhas cortavam a comunidade de modo que tínhamos transporte quase que na porta. Mas com o passar dos tempos, hoje nós praticamente não temos mais nenhuma das duas linhas. A linha que nós conquistamos, hoje ela ainda existe, mas só rodam dois ônibus: um às cinco horas da manhã para a cidade e volta nove horas da noite. Não temos mais nada. Temos uma Kombi que corta a comunidade toda e as motos. O transporte é uma das piores coisas pra gente. E nesses anos todos a comunidade foi crescendo. Eram os filhos que se casavam e tinham filhos e começou a se formar complexos, cresceu muito a população e hoje a gente está nessa situação.

O trem é o melhor transporte pra nós dessa região. O trem da linha Santa Cruz, que é a nossa linha, era direto. Ele saía da Central até Deodoro; já saía lotado. E de Deodoro à Santa Cruz ele ia parando. Então o que acontece: há uns seis meses, mais ou menos, o trem de Santa Cruz é parador. Da Central à Santa Cruz é parador; então ele vai parando e lotando a cada estação. Não tem mais trem direto. Então você imagina como fica a aglomeração! Por mais que se faça milagre, não tem como manter o distanciamento. E a maioria dos passageiros pouco usam máscaras; tanto no trem quanto no ônibus. Às vezes eu entro no ônibus e fico analisando: de 10 pessoas 4 usam máscaras.

O nosso transporte da comunidade, que são as kombis, a gente exige que todos usem as máscaras. Os motoristas das kombis usam máscaras, mas não exigem o mesmo dos passageiros. Então a questão da pandemia

que estamos vivendo na Zona Oeste, ela é torturante, poucas pessoas usam máscara. E a questão mais séria são os comércios: pela minha avaliação, apenas em um supermercado é que os empregados e patrão usam máscara. Nós temos três mercados na comunidade, vários sacolões e ninguém usa máscara. Isso preocupa muito. E a gente tem tido um grande número de perdas de vidas aqui na comunidade. Tem muitas mortes. Na minha rua não houve óbito, mas muitas pessoas se contagiaram. E assim a comunidade toda. Muitas pessoas tem passado pelo contágio, muitas pessoas vêm perdendo a vida.

Todo final de semana tem bailes; eles continua acontecendo. Tudo isso é a causa dessa situação bem difícil que a gente está vivendo na pandemia.

A clínica da família está vacinando. A vacinação está acontecendo, mas há uma resistência muito grande da população. Muitas famílias estão resistindo. Tipo assim: “vou esperar o que vai acontecer”. Além do que a resistência tem sido motivada pelo incentivo maior do Governo Federal, porque há muitos seguidores dele aqui no bairro. E essas pessoas são resistentes à vacina e ele incentiva essa resistência. Para ele está tudo bem, “é só uma gripezinha”. Por isso as pessoas vão acreditando nisso e estão se recusando.

Mas é preciso muito mais vacina, porque apesar da resistência de alguns, a grande maioria das pessoas deseja se vacinar.

UMA LOTERIA MACABRA. O VÍRUS ESTÁ LIQUIDANDO VIDAS DE PESSOAS APARENTEMENTE SAUDÁVEIS, FELIZES E PRODUTIVAS

Rodrigo Mendonça

Morador da Favela do Jacarezinho, estudante de Serviço Social.

Aqui na favela do Jacarezinho na parte alta. Tem relatos de jovens que desenvolveram a forma grave, mas não morreram. no entanto, outras pessoas jovens faleceram. Antes não havia notícia sobre isso. Salvo um de 40 e poucos anos que morreu no início da pandemia. Os demais eram idosos e pessoas obesas.

Parece que o COVID está circulando pela favela, pois há relato de pessoas com suspeitas que não comentam e não falam. Isto pode ser devido o fatalismo na qual foram jogadas, pois com a sociedade dividida as pessoas se aglomeram nas ruas sem proteção e acabam pegando COVID. A questão da prevenção caiu em desuso, pois não há mais a preocupação de andar com álcool gel e as máscaras só são usadas em locais fechados.

Outra problema é que a rede de solidariedade usada no início da pandemia parou de enviar ajuda como cestas básicas, Kits de Limpeza e álcool gel. Hoje na Favela do Jacarezinho quem ajuda os mais carentes são os próprios moradores que recebem doações de empresas e fazem a distribuição, na maioria das vezes não atende as filas enormes que se formam por pessoas que procuram ajuda, pois na favela o desemprego é muito alto e com a pandemia a situação piorou e hoje vivemos em uma verdadeira lotaria da morte causada pelo fatalismo que fez as pessoas perderem a fé na ciência.

ZONA OESTE PERDE HOSPITAL REFERÊNCIA NO TRATAMENTO DE IDOSOS

Renata Dutra

Jornalista, moradora de Manguinhos e bolsista de comunicação da Coordenação de Cooperação Social da Fiocruz

Hospital fecha em região mais populosa da capital e com maior número de óbitos por Covid.

A pandemia do novo coronavírus tem sido marcada por descasos na área que a população mais precisa de assistência, na saúde. A cada dia o Brasil bate um novo recorde de mortes e os leitos estão cada vez mais ocupados e, mesmo em meio a este caos, Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e hospitais são fechados no Rio de Janeiro.

A região mais populosa da capital acaba de perder um hospital referência no tratamento de idosos. O hospital Estadual Eduardo Rabelo fica localizado na Zona Oeste do Rio e atende a população de Campo Grande e Bangu, a região com maior número de óbitos relacionados à Covid-19. Devido a uma reforma em meio à pandemia, o hospital começou a transferir os pacientes e fechou as portas.

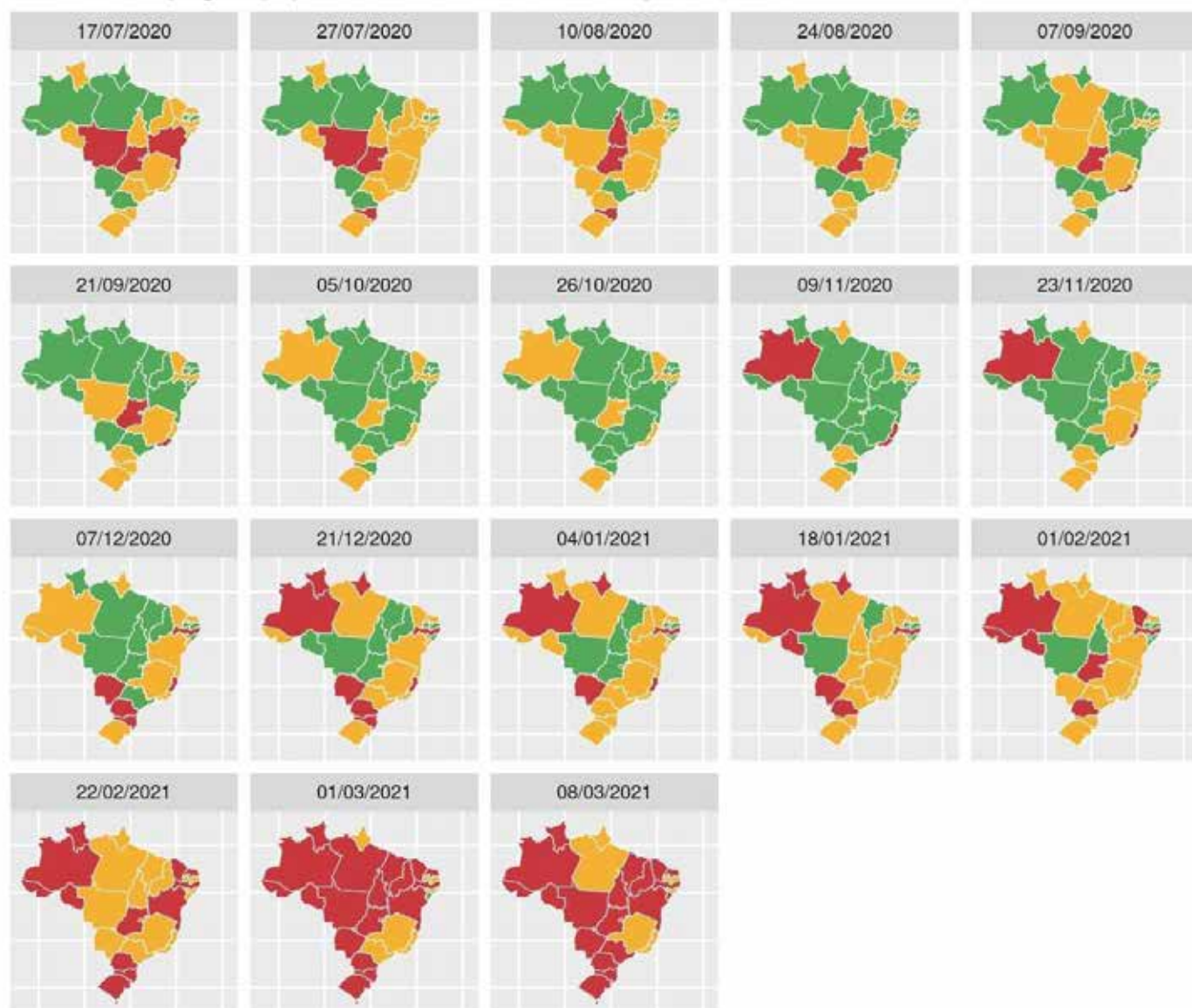
A unidade tinha 60 leitos de internação e atendimentos ambulatoriais. Entre os dias 26 de fevereiro e 11 de março deste ano, o número de casos no estado do Rio de Janeiro bateu 22.548.

Segundo o Painel da Secretaria de Estado de Saúde, na quinta-feira, 11 de março, a região bateu 190 mortes por Covid e o número de casos chegou a 2.094.

Uma capital com 34.083 óbitos registrados por Covid-19 e 601.666 casos, precisa cada vez mais de assistência na saúde e unidades de atendimento abertas para atender a população que já sofre com diversos descasos.

Taxa de ocupação (%) de leitos de UTI Covid-19 para adultos

Imagem: Observatório Covid-19 Fiocruz



<https://www.fiocruz.br/observatorio>

DEBATES



A seção Debates apresenta três textos que discutem e problematizam: o fracasso da adoção de medidas de austeridade no enfrentamento da pandemia; a proposta de armamento da Guarda Municipal do Rio de Janeiro, apresentada pelo governo municipal; e o projeto sobre a ampliação da exclusão de ilicitude um mecanismo que prevê o afastamento da ilegalidade em casos de homicídios praticados por policiais.

Emenda Constitucional 95, PEC emergencial, medidas de austeridade e pandemia: a fórmula do fracasso social

João Luis Pereira, morador de Sepetiba,
presidente do Centro Cultural Çape-Typa
e integrante da União Coletiva pela Zona Oeste



Em 2016, na contramão do sentido apontado por inúmeros especialistas e estudos – dentre os quais gosto de destacar Wolfgang Münchau e seu editorial de 2012 para o Financial Times “Heed siren voices to end fixation with austerity”¹ e um estudo técnico realizado pela Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados em 2016² –, a então PEC 241 foi aprovada e veio à se tornar a Ementa Constitucional 95 (EC95), que vem, desde 2017, contrariando o princípio constitucional implícito da vedação ao retrocesso social. E vem fazendo isso com a anuência do Judiciário, desmontando o Estado de Bem-Estar Social brasileiro: só em 2019 nosso SUS perdeu R\$ 20,19 bilhões graças à EC 95, segundo o economista Francisco Funcia³. Não bastasse isso, os impactos socioeconômicos da pandemia e o fim do auxílio emergencial fizeram com que começássemos 2021 com quase 27 milhões de brasileiros vivendo na pobreza extrema (projeção feita pela Fundação Getúlio Vargas).

É em meio à esse cenário caótico que o Governo Bolsonaro barganha o imbarganhável para trazer de volta o auxílio emergencial sem desagradar por completo o Mercado: Bolsonaro devolve o auxílio ao povo faminto, mas em contrapartida quer o fim do investimento (não é gasto) mínimo obrigatório em saúde e educação, aprofundando ainda mais o desmanche do Estado de Bem-Estar Social e esvaziando de eficiência os serviços públicos mais essenciais e dos quais todos brasileiros necessitam e usufruem

¹ <https://www.google.com/amp/s/amp.ft.com/content/07f74932-13bb-11e2-9ac6-00144feabdco>

² <https://www.analisepoliticaemsaude.org/oaps/noticias/a0626e72d5f9c435fae0d1acb2c715fo/>

³ <http://www.conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1044-saude-perdeu-r-20-bilhoes-em-2019-por-causa-da-ec-95-2016>

(direta e indiretamente). Não podemos aceitar uma PEC emergencial que acentue ainda mais as desigualdades sociais no longo prazo como um mal necessário ao atendimento da emergência humanitária pela qual passamos, sob pena de perpetuar essa emergência ao invés de saná-la aqui e agora. Reduzir os já reduzidos investimentos públicos em áreas essenciais para viabilizar o retorno do auxílio é “tirar do pobre para dar ao paupérrimo” tal como o Presidente da República disse que não faria.



Imagem: União Coletiva pela Zona Oeste

Assim como não existe uma relação de necessidade entre o mais que necessário retorno do auxílio e a violência que significa o fim dos investimentos públicos sociais mínimos não existe possibilidade de superação da pandemia e da crise econômica com o sacrifício do povo.

Enquanto nação precisamos do auxílio e precisamos de saúde e educação públicas fortes e de qualidade! Precisamos também de um plano de vacinação claro e eficiente e muito da falta de clareza e eficiência do plano de vacinação em curso no nosso país se dá em razão do desmanche que o SUS vem sofrendo: temos um sistema público de saúde que é referência mundial, mas ao mesmo tempo nossa cobertura vacinal para os menores de 12 anos está em queda há cinco anos. Temos a Fiocruz e o Butantan, no passado fomos o país que mais vacinou durante a pandemia do H1N1 (vacinamos 80 milhões de brasileiros em três meses), por que devemos insistir em políticas de austeridade que não tem se demonstrando eficazes no controle às crises ao redor do mundo e que nos jogaram no atual atoleiro de ineficácia na prestação dos serviços públicos de saúde mais básicos e essenciais?

É, no mínimo, absurdo que as necessidades mais básicas e urgentes do povo sejam utilizadas dessa maneira para a perpetuação da reprodução de uma política econômica que esvazie o Estado e massacre o pobre. Precisamos do auxílio emergencial e de investimento na saúde, não barganharemos com nossos direitos.

Armar a guarda municipal é um atentado contra a vida

Thiago Nascimento, 23 anos, graduando em Direito na UERJ, coordenador adjunto do IBCCRIM Rio, cofundador do LabJaca e do Jacaré Basquete



O que vale mais: patrimônios ou vidas?

No dia 26 de fevereiro deste ano, o prefeito Eduardo Paes apresentou à Câmara Municipal um pacote de projetos de lei, dentre eles estava uma proposta de emenda à Lei Orgânica, na qual pretende se fazer com que a Guarda Municipal (GM) do Rio de Janeiro possa usar armas de fogo. O projeto foi inspirado na cidade de São Paulo, que teve uma redução no número de homicídios a cada 100 mil habitantes, mas ignora completamente toda a complexidade do Rio de Janeiro, uma cidade praticamente tomada por milícias, com suas íntimas relações com o Estado.

Segundo o atual prefeito, a GM poderia fazer um papel de polícia municipal, desse modo, afastando de início qualquer pretensão de que esses agentes municipais ou que o próprio modelo de segurança pública municipal seja pautado a partir de uma ótica menos militarizada e mais humana.

A Guarda Municipal é uma guarda patrimonial cujo objetivo é a proteção de bens, serviços e instalações públicas. Armar a GM em uma cidade como o Rio, onde os índices de mortes cometidas por agentes do estado estão entre os maiores do mundo, leva ao questionamento cíclico de que patrimônios importam mais que vidas.

A GM não combate o tráfico, não faz operação policial, logo os seus maiores alvos são os camelôs. Grupo historicamente reprimido ao exercer a sua atividade sob a justificativa de que não há autorização para tal, uma categoria que já não tem seus direitos trabalhistas garantidos e que sofre com sua não regulamentação. Pessoas pretas, pobres e das periferias e favelas da cidade.

Essa lógica de confronto não prioriza preservar vidas, pelo contrário, acumula vítimas. A violência cotidiana tem alvos certos: corpos negros; estes são 86% dos 1.239 mortos pela polícia do Rio de Janeiro em 2020, como mostrou o documento “A cor da violência policial” da Rede Observatórios da Segurança. Pensar mecanismos de produção de segurança está para além do uso da força, não há mais espaço para substituir ações de inteligência pela lógica do confronto.

Seguindo essa lógica, quanto mais armas circulando, maior o risco de crimes serem cometidos. É por isso que numa cidade como o Rio de Janeiro, quando se pensa na dinâmica de sustentabilidade das milícias - ao extorquir comerciantes com taxas abusivas, ao controlar toda movimentação de seus territórios, ao se associar com o tráfico de drogas e ao promover guerras para tomada de territórios - somadas ao propósito institucional de controle social das nossas polícias, nesse caso incluindo uma Guarda Municipal armada, é o match perfeito para o caos.

Para que se rompa esse ciclo é necessário dar prioridade à vida. Tendo como meta integrar os governos municipais ao planejamento de ações de segurança pública do Estado, controlando a circulação de armas e munições pela cidade, desenvolvendo políticas de prevenção e fortalecendo as instituições que façam controle da violência policial; medidas como essas seriam fundamentais para garantir direitos e desafiar o racismo estrutural que se estabelece no nosso modelo de segurança pública. O que nada mais é do que o extremo oposto do que armar uma guarda patrimonial causaria...

Excludente de Ilicitude e legalização da produção da Morte

Ciselle Florentino, economista e coordenadora executiva da IDMJR*

Fransérgio Coular historiador e coordenador executivo da IDMJR*

* Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial



Imagem: Fábio Araújo

Em primeiro lugar, já somos o país com a maior taxa de letalidade policial do mundo. Tal feito já deveria despertar nosso repúdio e indignação. A produção de morte no Brasil é o reflexo de uma sociedade fundada no racismo estrutural, em que o arcabouço jurídico caracterizado pela seletividade penal reforça o encarceramento em massa e o genocídio do povo negro cotidianamente.

Vale aqui ressaltar que o Excludente de Ilicitude já esteve em pauta anteriormente, como um ponto central do Pacote Anti Crime que foi proposto pelo então ministro Moro, mas a proposta foi derrubada a partir da mobilização de movimentos e organizações sociais e todo um processo de incidência política conseguiu barrá-lo, retirando-o do pacote no ano de 2019. Esse item do pacote tornou-se mais polêmico

após o assassinato da menina Ágatha Vitória Sales Félix, de 8 anos, baleada durante ação policial no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro.



Imagem: Fábio Araújo

Mas ao chegarmos em 2021, com a chegada do novo presidente da Câmara de Deputados e do Senado sendo parte da base aliada governista, Bolsonaro alinhou com essas presidências para colocarem o projeto de Excludente de Ilícitude como uma das 38 prioridades de votação no Congresso Federal esse ano. Isso faz com que mais uma vez, movimentos e organizações populares voltem a se mobilizar a partir do retorno da Campanha Sem Licença para Matar para incidir pela não aprovação desse instrumento de barbárie.

Ao aprovar o Projeto de Lei (PL 6512/2019) e outros PLs adicionais que versam sobre o Excludente de Ilícitude, estamos reafirmando que os agentes de segurança do Estado podem definir quais pessoas merecem ou não morrer. Uma peça jurídica que legitima o assassinato de uma pessoa, desde

que seja cometido por agentes de segurança pública. O Estado está promovendo a legalidade da execução de uma política de produção de mortes, ou seja, as forças de segurança que já produzem mortes diárias, terão sua licença garantida pelo Estado para continuar matando corpos pretos em becos e vielas.

Caso isso seja aprovado, um policial que mata um suspeito durante um tiroteio vai responder por homicídio, mas pode recorrer ao dispositivo e, se o juiz entender que as circunstâncias se encaixam no excludente, ele não será punido. Para materializar tal atrocidade, podemos observar o programa do Governo Bolsonaro que diz o seguinte sobre o tema: “Os policiais precisam ter certeza que, no exercício de sua atividade profissional, serão protegidos por uma retaguarda jurídica. Garantida pelo Estado, através do excludente de ilicitude”.

Por isso, ressaltamos a afirmação de uma mãe sobrevivente da Violência do Estado, Maria Dalva, integrante da Rede de Comunidades e Movimento contra a Violência que evidencia a produção da morte do sistema judicial racista brasileiro: “A polícia matou ele uma vez, quando executou meu filho. O judiciário matou ela pela segunda vez quando deixa de responsabilizar a polícia por essa produção da morte.”

Afinal, a taxa de elucidação de crimes não chega a 20% dos casos no Rio de Janeiro, segundo os dados do Instituto de Segurança Pública. Fica evidente a displicência do Judiciário nas investigações dos casos, principalmente quando envolvem agentes de segurança do Estado.

A histórica construção do inimigo devido à falsa narrativa de “guerra às drogas”, que torna-se a pessoa “matável”, passando pela anuência pré-concebida pelo judiciário e chegando na estrutura ignóbil de investigação da Polícia Civil, resulta no cenário ideal para o abuso policial e a não responsabilização dos agentes de segurança de Estado em casos de violações.

A lei de legítima defesa somada ao excludente de ilicitude resultará em uma trajetória de expansão dos casos de autos de resistência, um estímulo a execuções e assassinatos e principalmente a utilização de poderio simbólico e material de autoridade policial e total impunidade as violações cometidas por agentes de segurança pública.

O sistema de Justiça protege e legitima as escolhas políticas do Estado, uma política de produção de morte, de promoção de genocídio e encarceramento da população negra. Em territórios predominantemente pretos e pobres, como a Baixada Fluminense, a região registra 30% dos casos de autos de resistência de todo o Estado do Rio de Janeiro e seus representantes, agentes de segurança para essa produção da morte. Inclusive, dos 5 Batalhões de Polícia Militar que mais matam em todo o estado, 4 Batalhões são localizados na Baixada: Duque de Caxias, Belford Roxo, Queimados e Mesquita, conforme dados sistematizados

Imagem: Fábio Araújo



pela Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial publicado no Boletim¹ de Desaparecimentos Forçados na Baixada Fluminense.

O excludente de ilicitude na prática é uma licença para matar fornecida aos agentes de segurança pública para o Estado. Que além de ter acesso ao uso de armas de guerra e agora também irá usufruir do direito de tirar a vida de uma pessoa e não ser responsabilizado criminalmente por isso em um cenário de ausência completa do controle da polícia, em um estado sitiado pelas milícias. Aqui abrimos um parêntese para compartilhar que a partir da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635, popularmente conhecida como ADPF das Favelas², utilizando-se de um recurso conseguimos que o Supremo Tribunal Federal (STF) a partir do ministro Edson Fachin no dia 05 de

¹ Mais informações acesse: Dados – IDMJR (dmj racial.com)

junho de 2020, suspendesse as operações policiais enquanto perdurasse o Covid- 19, exceto em razões excepcionais. Só que desde a decisão do STF o número de operações policiais vem crescendo mês a mês, comprovando que os aparelhos estatais de segurança pública do estado do RJ não respeitam nem uma decisão judicial decretada pelo Supremo Tribunal Federal, o que comprova que uma aprovação da excludente de ilicitude só irá ampliar a política de morte em nosso estado.

Imagina o Estado formalizando legalmente a licença para matar como ficaria a luta por justiça das Redes e Movimentos de Mães e Familiares Vítimas da Violência do Estado, sem poder exercer o direito de lutar por responsabilizar essa máquina de violar direitos chamada Estado? Como ficaria a luta por elucidação de casos? Afinal, qual o valor da vida da população?

A polícia cumpre um papel de ser o braço armado do Estado à serviço da dominação capitalista e controle do povo. A polícia possui uma função social de repressão, de coerção, de controle de massas. Por isso, a reflexão sobre o papel do Estado e seus instrumentos de repressão e controle são tão valiosos para pensar de forma estratégica quem são nossos inimigos na luta, porém é imprescindível saber quem são nossos aliados. Para não cometer erros históricos e não mais acreditar que é possível fazer a disputa interna ou a própria reforma do Estado e da polícia.

² <https://www.adpfdasfavelas.org/>

MOVIMENTOS SOCIAIS



Nesta edição, o texto coletivo assinado por Eliana Sousa, Alan Brum e Itamar Silva apresenta um histórico e um balanço de um processo de construção de uma ação coletiva envolvendo vários instituições como universidades, coletivos de favelas, Fiocruz, além de outras insti-

tuições científicas. Essa mobilização resultou em uma doação da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro à Fiocruz, para o desenvolvimento de ações de enfrentamento da pandemia e seus efeitos nas favelas e periferias.

UMA AÇÃO COLETIVA PELA VIDA NAS FAVELAS E PERIFERIAS NO RIO DE JANEIRO

Eliana Sousa Silva - Ativista. Diretora fundadora da Redes da Maré

Alan Brum Pinheiro - Cofundador do Instituto Raízes em Movimento

Itamar Silva - Coordenador do Grupo Eco - Favela Santa Marta

Em 24 de março, a Fiocruz lança o Edital “Chamada Pública para Apoio a Ações Emergenciais de Enfrentamento à Covid-19 nas Favelas do Rio de Janeiro” que coroa uma trajetória exitosa de articulação entre o movimento de faveladas e favelados em parceria com universidades do Rio de Janeiro.

Esse movimento teve início em abril de 2020, a partir da articulação de um grupo que reuniu ativistas históricos e coletivos de favelas, organizações da sociedade civil, professores e pesquisadores de algumas universidades, além da Fundação Oswaldo Cruz, motivados pela gradual crise que se acometeu a partir da pandemia do novo coronavírus, iniciada em março daquele ano. Este grupo, que tem como especificidade o fato de juntar pessoas as quais priorizavam, naquele momento, uma atuação voltada para o enfrentamento da Covid-19, buscavam alternativas mais efetivas que pudessem mitigar os efeitos da crise nas populações mais pobres.

O processo da pandemia, naquele momento, já deixava claro que os governos, nos seus diferentes níveis - federal, estadual e municipal -



Imagem: Itamar Silva

não estavam comprometidos com os efeitos da crise humanitária que se desenhou a partir do momento que há as exigências de isolamento social e de medidas preventivas para conter o avanço do novo coronavírus. Os moradores de favelas, na sua maioria, que não possuíam as condições materiais de permanecer em casa, foram perdendo vínculos com seus trabalhos, com a renda que garantia seus sustentos. Isso, dentre outras demandas, como, por exemplo, ter que lidar com os filhos sem escola e logo se encontraram numa situação de demandarem ajuda no campo da segurança alimentar.

A leitura clara desse contexto foi o disparador para a articulação horizontal que conseguimos produzir a partir do grupo que se formou. Tivemos muitos diálogos e chegamos a uma proposta de construção de um Plano de Enfrentamento da Covid-19 nas Favelas. Esse documento explicita as demandas e as prioridades que consideramos fundamentais para garantir de forma razoável o que consideramos essencial de acontecer nos territórios populares neste momento de crise aguda.

O passo seguinte foi tentar sensibilizar e engajar outros setores da sociedade já que os governos não conseguiam dar uma resposta adequada ao tamanho do problema. Nessa perspectiva, surge a ideia articularmos com alguns parlamentares da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) a proposta de apresentação do Plano de Enfrentamento da Covid-19 nas Favelas e sensibilização do corpo legislativo para que destinassem um montante de recursos para efetivação das propostas que constavam no nosso documento. Já na primeira reunião do grupo havia o compromisso da direção da casa legislativa em aportar 20 milhões para o pleito trazido.

Essa junção de parceiros confiáveis da sociedade civil, que estão juntos em muitas lutas, além das instituições e órgãos de pesquisa, produziu algo de muito positivo como resposta a inércia do poder público. Foi um feito que nos deixou muito orgulhosos e confiantes de que estaríamos contribuindo, de algum modo, com demandas das favelas

e periferias. E foi isso que aconteceu, a Alerj destinou os 20 milhões para as ações do Plano apresentado e esses recursos foram direcionados para a Fundação Oswaldo Cruz que ficou responsável pela gestão de todo processo de utilização dos mesmos.

A partir da assinatura da cooperação entre a Fundação Oswaldo Cruz e a Alerj, em 30 de dezembro de 2020, demos início ao processo de discussão sobre como, de forma transparente, os recursos seriam utilizados para aportar as iniciativas que possam fortalecer o trabalho de enfrentamento da Covid-19 nas favelas. Infelizmente, questões burocráticas envolvendo restrições impostas pela Lei, como o “teto de gasto”, impõem restrições ao uso imediato do recurso, o que deixa a todos nós muito preocupados.

No entanto, a Fundação Oswaldo Cruz tem buscado soluções que viabilizem a plena execução de todo o Edital. A presidência da instituição assumiu publicamente compromisso de envidar todos os esforços, tanto nas articulações políticas a nível federal, quanto administrativamente, dentro da Fundação, para começar imediatamente esse processo. Com este compromisso é que o edital foi lançado no dia 24 de março, no valor total de 17 milhões e com o compromisso de contratação de 41 projetos que serão pagos imediatamente até o valor de 4,5 milhões. O restante dos 99 projetos selecionados serão pagos na medida em que avance as negociações da liberação do recurso doado a Fiocruz.

Continuamos em alerta e acompanhando essa luta que é de todas e todos!

EXPEDIENTE

Elaboração

Cooperação Social da Fiocruz

André Lima

Djefferson Amadeus

Fábio Araújo

José Leonídio Madureira

Mariane Martins

Day Medeiros

Renata Dutra

Ensp | Fiocruz

Roberta Gondim

EPSJV | Fiocruz

Carlos Eduardo Batistella

Coordenador Editorial

Fábio Araújo

Colaboradores nesta edição

Alan Brum Pinheiro

Anazir Maria de Oliveira (Zica)

Auricélia Mercês

Eliana Sousa Silva

Fransérgio Goulart

Giselle Florentino

Itamar Silva

João Luiz Pereira

Renata Dutra

Rodrigo Mendonça

Thiago Nascimento

Movimentos Sociais e Coletivos

Centro Cultural Çape-Tipa

Coletivo Piracema – Santa Cruz/Z.O

Grupo Eco Favela Santa

Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial

Instituto Raízes em Movimento – Complexo do Alemão

Redes da Maré

União Coletiva Pela Zona Oeste

Revisão

Luiza Gomes Henriques

Projeto Gráfico

Mariane Martins

